

**APARTHEID NA IMPRENSA: A PROJEÇÃO DO RACISMO NOS JORNAIS
FSP e OESP NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1980.**

FABIANA VIEIRA DA SILVA*

Este texto consiste de parte da pesquisa de mestrado intitulada *Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais FSP e OESP na década de 1980*, cuja preocupação foi caracterizar de que forma dois grandes jornais da imprensa paulista – *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Estado de São Paulo (OESP)* - construíram, em suas páginas, o regime segregacionista sul – africano, apartheid, em um momento de grande debate sobre o racismo, no Brasil e internacionalmente?

Foi com a vitória, na África do Sul, do Partido Nacional, em 1948, que se convencionou estabelecer o marco do apartheid, dado ser este um momento em que as práticas segregacionistas, já vigentes na região, assumiram a posição de política de estado. O objetivo desse sistema era garantir e perpetuar o domínio político e econômico da minoria branca e a estratégia utilizada pelo governo foi dividir para dominar, ou seja, enfatizar particularidades a fim de separar e, se possível, contrapor os diversos grupos negros residentes no local, em prol da dominação política, econômica e, sobretudo, territorial da minoria branca (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII: ÁFRICA DESDE 1935, 2010: 305 – 310).

KabengeleMunanga apontou que as relações raciais dos EUA e da África do Sul recebem mais espaço nos meios de comunicações sociais do Brasil, “como se aqui não tivesse nada por causa da ideologia de democracia racial” (MUNANGA, 1998: 65). Ou seja, sua crítica estava voltada para a utilização das relações raciais da África do Sul e dos Estados Unidos, como mecanismo para amenizar as práticas racistas no Brasil, de modo a hierarquizá-las, e que tem como principal resultado a manutenção das estruturas racistas de nossa sociedade, desqualificação da luta antirracista ensejada pelo movimento negro brasileiro, o qual, desde o início do século XX, tem encontrado inúmeras dificuldades para mobilizar parcelas significativas da população nacional.

O ano de 1984 foi de peculiar importância para as relações entre governo brasileiro, comunidade internacional e meios de comunicações sociais, no que concerne às discussões

*Mestranda em História Social pelo Programa de Estudos Pós – Graduandos da PUC-SP, com Bolsa CNPq.

referentes às relações raciais, tendo em vista o processo de abertura política, proposto pela dupla Geisel – Golbery, defendida por estes enquanto de caráter “seguro, lento e gradual” e que, neste ano, era sacudido pelas mobilizações em torno da campanha para as eleições diretas. Uma das estratégias utilizadas pelo governo foi, então, formar grupos os quais pudessem fortalecer o diálogo entre governo e sociedade, bem como a utilização dos meios de comunicações sociais como forma de isolar a chamada “linha dura”.

Em outubro de 1984 um líder negro sul – africano, o bispo Desmond Tutu, ganhou projeção internacional nos meios de comunicação sociais (SAMPSON, 1988: 176) dado o Prêmio Nobel da Paz que angariou. Quando do anúncio deste prêmio, vimos, nas páginas dos jornais FSP e OESP, a presença constante deste líder sul – africano, com foco, sobretudo, para posicionamentos os quais apontavam para a crença na necessidade de atuação das multinacionais naquele país, para que ocorresse a extinção desse sistema segregacionista, construído, naquele momento, nestas pautas, como algo que se tornara “inviável” economicamente.

A escolha de Desmond Tutu deu margem para que, então, este tema entrasse nas pautas diárias pelas seleções de alguns de seus posicionamentos e da reiteração de que haveria um caminho específico para a extinção do apartheid e este deveria passar pela expansão do capitalismo. Podia-se, a partir deste momento, nestes jornais, vislumbrar o apartheid enquanto temática central, com foco, entretanto, para aspectos os quais apontavam para a expansão do capitalismo na região, defendido como principal caminho para o combate a esta e outras manifestações de racismo.

Destacamos, entretanto, que a África do Sul já era acompanhada e bem conhecida, no Brasil e pelos meios de comunicações sociais, com foco para o que era caracterizado como sua “posição estratégica na África”. De que forma o “conturbado” processo de “paz” seria conduzido na região? Esta era questão fundamental para FSP e OESP, entendendo-se “paz”, enquanto, sobretudo, possibilidades de “expansão do capital” e “internacionalização das relações econômicas”, “democracia política” e a adoção de um conjunto de valores culturais eurocêntricos, a partir dos quais eram descritos os diversos grupos negros e suas formas de atuação na região.

Contudo, vimos que, no decorrer dos anos 1980, os processos sociais internos no Brasil e as fortes contestações do capitalismo por parte da mobilização negra, nacional e internacional, trouxeram, para as multinacionais, a necessidade de rever seus posicionamentos quanto ao racismo e à população negra.

A evidência dos dados, os quais colocavam em xeque o “milagre brasileiro” e, também, a crença de que o desenvolvimento do capitalismo traria a superação das desigualdades racias, aliadas à deslegitimação das formas de governos militares, o processo de abertura política e a busca pelo fortalecimento de instituições que pudessem permitir a transição “segura, lenta e gradual”, permitiriam que fossem ensejadas críticas a um conjunto de práticas levadas a cabo pelo regime militar, tal como ocorreu às instituições da repressão e, também, à valorização, por parte deste regime, dos princípios da “democracia racial brasileira”, seja pela propaganda oficial, repressão aos movimentos que traziam à tona a discussão racial, bem como o apoio à atuação colonial portuguesa na África.

Houve, então, na década de 1980, o reconhecimento das desigualdades raciais por meio da criação de órgãos governamentais, os quais trouxeram o reconhecimento do Estado de que a democracia racial não era uma realidade no Brasil (ANDREWS, 1988: 323). Tal deslegitimação era parte da onda de críticas ao regime militar e, assim, uma das estratégias consistiu no processo de isolamento dos setores avessos a este processo, com a busca pelo apoio da população a partir da criação de órgãos representativos, os quais trouxessem suas reivindicações para a pauta das discussões da elaboração da nova constituição, a ser votada em 1988.

Em 1984 surgiu, assim, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. Segundo Ivair Augusto Alves dos Santos, as discussões referentes ao apartheid se mostraram como demasiado estratégicas para que o órgão marcasse sua atuação no meio social e diante do governo federal. Era um tema que angariava toda a oposição negra, possibilitava o diálogo com a população negra por parte de setores sociais diversos, entre os quais igreja, partidos políticos. Foram, assim, realizadas, em São Paulo, passeatas as quais exigiam, sobretudo, o rompimento das relações “diplomáticas, comerciais e culturais” com a África do Sul, bem como exigiam a retiradas das representações diplomáticas sul - africanas de São Paulo (SANTOS, 2005: 145).

Era, assim, a percepção evidente da população negra enquanto grupo atuante no meio social, seja pelo seu peso político, econômico, e a busca pelos seus anseios e reivindicações permitiu a emergência do apartheid, apropriado, contudo, nas discussões, a partir de sentidos diversos.

De que forma, então, houve a articulação de propostas, por meio dos meios de comunicações sociais, para o combate e discussão referente ao racismo em suas múltiplas formas de manifestações? Como, diante das novas formas de organização e mobilização, as quais transcendiam fronteiras, os meios lançaram olhares para suas relações raciais e para aquelas do exterior, de modo a efetuar comparações, hierarquizações?

Diante, porém, dos dados selecionados, nossas análises se direcionaram para três questões principais: os meios impressos enquanto locais eficazes para a projeção de perspectivas racializantes sobre o social; as projeções, nos meios de comunicação selecionados, de percepções de mundo, as quais lançavam ao Brasil e ao sul da África lugares específicos e que tinham como principal objetivo a expansão do capitalismo e a percepção do apartheid enquanto um “empecilho”; as possibilidades de aproximação, discussões e distanciamentos que o apartheid lançou ao Brasil em um momento de grande debate sobre o racismo nacional e internacionalmente.

A presença de um determinado tema nas pautas impressas (como o apartheid e as múltiplas mobilizações antirracistas que ensejou) deve ser compreendida a partir dos jogos de interesses, perspectivas de diálogos, incorporações, seleções, e que colocavam as instituições de comunicação, naquele momento, diante da evidência de uma atuante população negra nacional e internacional, dotada de interesses, práticas e valores culturais específicos e que lhes lançavam novos desafios.

A negação do racismo, a minimização de seu impacto ou invisibilidade, obliteração das discussões, não utilização do conceito e fragmentação de suas práticas em tipos diversos, tais como a utilização dos termos “discriminações”, “preconceitos” de ordem “social” ou “cultural”, jogos de oposições entre diferentes realidades sociais têm se constituído enquanto formas estratégicas de apropriação e banalização das discussões levantadas pela militância negra. Tais argumentos carregam, ainda, propostas de superação da desigualdade, esta apontada pelo seu caráter social e que reclamam medidas de cunho “universalista”, eficazes,

entretanto, para a manutenção da hegemonia branca (MOORE, 2007: 22), dado a forma como conduz para noções de “superação” dos valores culturais não assentados no eurocentrismo.

Aproximações ou distanciamento quanto aos países africanos? Brasil como exemplo de desenvolvimento econômico, político e, sobretudo, racial para os países africanos? O que tais aproximações poderiam causar nas estruturas sociais nacionais? Foram estes os principais debates trazidos pela FSP e OESP, por onde, primordialmente, entraram as questões relacionadas ao apartheid nas pautas impressas.

Os olhares para a África, em particular para a região sul, estavam envoltos de interesses marcadamente estratégicos. Ao abarcá-los, diariamente, os jornais revelaram formas racializantes de ver, analisar e hierarquizar o mundo, um conjunto de mecanismos os quais constituíram lugares específicos aos grupos fenotipicamente caracterizados, e as formas essencializantes de percepção de seus processos culturais.

Logo, eram inúmeros os fatores os quais possibilitavam que os olhares fossem direcionados para o sul da África, os quais, no caso brasileiro, identificamos três principais: as ações do governo com os olhares voltados para a política externa, as quais, nas décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelas reaproximações com a África Negra; a atuação e os posicionamentos emitidos pela militância negra, seja ela arregimentada em torno do Movimento Negro Unificado ou a partir da atuação das entidades governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial; e as discussões ensejadas por setores da elite nacional, representantes de multinacionais e da imprensa, os quais, diante da crise econômica daqueles anos, interrupção de um ciclo de crescimento, viam-se diante do debate a respeito de novas possibilidades de atuação do mercado, busca de mercados consumidores dentro e fora do Brasil.

Carlos Moore nos trouxe algumas luzes para a compreensão dos múltiplos olhares voltados para o continente africano no livro “A África que incomoda”. Ele destacou de que forma, particularmente a região sul, constituiu-se como uma região de estratégico controle, tendo em vista suas riquezas naturais, posição estratégica, as quais, na segunda metade do século XX, permitiram que países os mais díspares disputassem a influência naquela região, tais como Irã, China, Cuba, Israel, URSS (MOORE, 2010: 32 – 35).

O sul do continente africano é dotado de importantes reservas geológicas, tendo a África, de um modo geral, concentrado 38 dos 48 minerais do mundo, entre os quais, aqueles indispensáveis para a tecnologia nuclear (MOORE, 2012: 32 – 35), de modo que, constituiu-se, no decorrer do século XX, como local de acesso e controle primordial para os objetivos de expansão do capital.

Conforme Penha (2011: 129 – 130), com uma superfície que se estende do Oceano Atlântico ao Oceano Índico, a região hoje denominada África do Sul, com a crise do petróleo, na década de 1970, intensificou-se enquanto região de estratégico controle, tendo em vista o Atlântico Sul enquanto rota de carregamento do petróleo oriundo do Oriente Médio.

Para os grupos negros de oposição era evidente, na década de 1980, que os argumentos de parte do empresariado de que a expansão do capitalismo traria a integração do negro na estrutura do sistema e o fim do segregacionismo não eram sustentáveis, tendo em vista que, o crescimento econômico, ao invés de liberalizar, provocara o endurecimento do apartheid.

Por outro lado, este sistema havia constituído uma classe urbana, consumidora em potencial para os objetivos do capital, responsáveis majoritários pela renda da população negra da região. De modo que, atentamos, que a desintegração do apartheid se constituiu, neste momento, enquanto parte da própria necessidade de reformulação do capitalismo no sul da África, o qual, por sua vez, buscava afastar outras influências da região, tal como a soviética, cubana ou chinesa.

O governo branco de Pretória era caracterizado nas páginas da FSP, sobretudo, como aquele que impedia a expansão do capitalismo; o apartheid era, nestas páginas, apontado como uma ameaça ao capitalismo e a atuação do empresariado se tornou, segundo concepções lançadas, fundamental para a extinção do sistema. Tal foco ganhou destaque, também, do jornal OESP, o qual apontava, quando o assunto era o apartheid, a necessidade de ações por parte do empresariado na pressão ao primeiro – ministro Piter Botha, tendo em vista o que delineavam como “medo”, por eles expressos, da “violência que vem imperando no país” e a necessidade de “reconstrução econômica” (EMPRESÁRIOS pedem fim do ‘apartheid’. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1986. Exterior, p. 07).

O que estes jornais propagavam era, assim, a afirmação do sistema capitalista, representado pelas corporações, como aquele capaz de colocar fim às desigualdades raciais e

permitir a integração dos negros dentro da estrutura do capitalismo. De modo que, caso as condições impostas não permitissem tal integração, e que passava, sobretudo, pela expansão do capital dentro da África do Sul, daí viriam as sanções econômicas. Estas foram vislumbradas, então, como uma medida da comunidade internacional para se contrapor ao governo de Pretória, o qual, por sua vez, estaria, com o apartheid, impedindo a expansão do capital na África do Sul. Foi esta a concepção apontada pela FSP, ao passo que OESP se colocou, por sua vez, veementemente contra as propostas de corte de investimentos para a África do Sul, até que medidas efetivas contra o apartheid fossem tomadas.

Tais debates ensejados nas páginas destes jornais eram oriundos, sobretudo, das possibilidades de trocas comerciais entre Brasil e África, intensificadas nos anos 1970, mas que, neste momento, seriam marcadas por uma nova série de debates, tendo em vista a busca por alternativas as quais pudessem resolver a questão mais premente para estes dois jornais, na segunda metade da década de 1980: a questão da dívida externa nacional.

O acompanhamento das questões relacionadas ao apartheid nos permitiu compreender que, para além das perspectivas de “isenção” e “imparcialidade”, os jornais tinham um modo específico de perceber e analisar o mundo, marcado pela perspectiva da forma como gostariam de ver o Brasil nele integrado. A partir disso, foram lançadas prioridades, perspectivas, as quais aproximaram a África do Sul, enquanto região demasiado estratégica aos interesses nacionais e internacionais de expansão do capital.

Havia diferentes propostas, por parte dos dois jornais selecionados, quanto aos caminhos a serem conduzidos no que se referia às prioridades lançadas internacionalmente ao Brasil, os países, às regiões, questões referentes à transferência de tecnologia, abertura dos mercados ao exterior, a partir do qual foi dado um lugar específico ao continente africano e ao apartheid.

Para a FSP, notamos, assim, que, neste momento, houve o trato do tema do racismo nas páginas deste jornal a partir de duas perspectivas colocadas, porém, como questões diversas: a composição de notícias as quais tratavam de casos de discriminações raciais cometidos em estabelecimentos diversos, os quais ganharam repercussão com a apresentação de vozes (além das vítimas), de militantes, intelectuais chamados a analisar os diferentes

casos; foco constante às questões relacionadas ao apartheid sul – africano e sua repercussão, sobretudo nos EUA, a partir da perspectiva de que estava ali um sistema “inviável”.

Esperava, a FSP, que o governo branco tomasse a iniciativa das reformas na África do Sul, de modo paulatino e gradual, mas logo, a intransigência do governo permitiu que se construísse, nessas páginas, a perspectiva de que ele se constituía como um entrave para a expansão do capitalismo na região, tendo em vista como relegava à margem do sistema de consumo, parcelas significativas da população negra.

Estes, enquanto um mercado consumidor em potencial atraía os olhares do grupo econômico FSP, o qual buscou algumas de suas reivindicações e anseios, mas, neste processo, selecionou, hierarquizou e construiu uma concepção específica da luta do movimento negro, selecionou personagens, intelectuais, vozes e, propôs uma percepção específica sobre o racismo no Brasil, lançou quais as medidas para sua extinção e ela passava, naquele momento.

Baseado na perspectiva de segmentação do mercado consumidor, valendo-se de uma série de dados estatísticos, os quais apontavam para a forte classe média negra, a FSP incluiu em suas pautas parcelas da mobilização negra. Previu que era o momento da elaboração de uma constituição que pudesse inibir o que ela chamada de “casos isolados de racismo”, existentes na sociedade brasileira. Esta perspectiva, por sua vez, ia ao encontro das propostas de mudanças na política externa nacional, de forte reaproximação com o continente africano e que passou a exigir mudanças no trato do racismo no Brasil. Abarcou a possibilidade desta questão lançar o Brasil internacionalmente, mas haveria, para este jornal, a necessidade de conter o que chamada de “casos cometidos por uns e outros” em solo nacional.

Este jornal, assim, abordou o racismo, mas foi incapaz de apontá-lo enquanto uma maneira mais sofisticada de ver e reproduzir o mundo, de modo a propalar, mesmo em seus discursos, tais práticas.

Já OESP recorreu de modo mais intenso ao mecanismo da “banalização” do tema do “racismo”, constituindo-oeste mecanismo enquanto algo que impossibilitava o trato desta questão como significante do social.

Ao valer-se dos elementos que colocavam o chamado “Primeiro Mundo” como o local de inspiração ao universo de valores do Brasil, previu poucas possibilidades de contato com a

África, e repudiou os debates os quais traziam o impacto das relações entre as áreas, valendo-se, sobretudo, das questões estabelecidas no rol da política externa.

Para OESP, neste momento, não houve o trato do tema do racismo, nem notamos a presença das discussões trazidas pela militância negra, de modo a lançar a perspectiva de que esta não era uma questão presente no universo de valores e práticas vislumbrados, não relevantes. Tal invisibilidade revelou um esforço militante, por parte do jornal, de contenção do abalo das estruturas que o debate sobre o racismo e a mobilização negra trazia para o universo de valores, nacionais e internacionais.

Foram tecidas, n' OESP, fortes críticas quanto aos elementos da política externa levada adiante pelo governo, entre as quais, as relações com a África. Houve intensa minimização e banalização quanto à caracterização das práticas racistas no Brasil, sobretudo quando diante da África do Sul, valorização da atuação deste país para a “contenção do comunismo”, forte desqualificação aos grupos de oposição ao apartheid e às possibilidades de relacionamentos com a África, os quais pudessem reverter noções não assentadas na plena valorização do discurso da “harmonização das raças” no Brasil. Esta região, por sua vez, também estratégica para OESP, foi apreendida a partir da seleção de um conjunto de valores voltados, sobretudo, para as possibilidades de “contenção do comunismo” no sul do continente e estreitamento de laços com os países do Ocidente, a partir da óptica da Guerra Fria.

Massacre de negros na África do Sul”: construção e trivialização do racismo na editoria de exterior

Os espaços nos jornais FSP e OESP dedicados à composição de temas do “exterior” se constituem como um local, aparentemente, voltado para a composição de notícias relativas a “outros países”, mas que, quando esmiuçados, revelaram posicionamentos políticos e culturais específicos, dos quais o jornalista, imbuído de uma formação intelectual específica, atua para além de um mero “meio de informação”

Há um conjunto de profissionais os quais atuam nesta editoria, tais como, correspondente internacional, diagramador, editor, redator. Devemos, atentar, ainda, ao conjunto de despachos emitidos diariamente pelas agências de notícias, as quais fornecem a grande maioria das notícias a serem compostas neste espaço. Sendo assim, este conjunto de profissionais faz parte de uma complexa rede de percepções, os quais irão compor, neste espaço, uma forma específica de ver, analisar, enxergar o mundo.

São eles, assim, que irão determinar, nestes jornais, quais os países de “relevância mundial”, quais aqueles omitidos, quais as manchetes, as notas curtas, reportagens, entrevistas, em um complexo jogo de hierarquizações dos temas, conteúdos, os quais relevam um conjunto de normas, valores, projetos políticos, econômicos e sociais selecionados em detrimento a outros e que afetam todos aqueles que acompanham este noticiário.

Em nossas análises a complexidade do espaço exterior apareceu-nos como um local eficaz para a perpetuação de posições ideológicas específicas e que se estendem às interpretações simplistas que o coloca, apenas, como de divulgação de assuntos do “exterior” e com parca possibilidades de afetar diretamente a sociedade.

Encaminharemos nossas discussões, neste momento, para um conjunto de elementos comuns, os quais se sobressaíram na forma como foi composto e dado sentido às questões relacionadas à África do Sul e ao apartheid e, de que modo, este espaço se constituiu enquanto local eficaz para a valorização da perpetuação da hegemonia branca e do racismo na prática social.

Notamos, assim, quando da insistência no noticiário referente ao apartheid e o foco “massacre de negro”, o papel das instituições de comunicação no do processo de constituição do racismo no meio social, as constantes associações entre “estado de violência” e população negra africana.

Tanto a Folha de São como O Estado de São Paulo se valeram de um conjunto de pré-concepções, de modo a reforçar manifestações de práticas racistas, tendo em vista os lugares ocupados pelos negros neste espaço e a forma de caracterização dos mesmos, seja em seus aspectos políticos, econômicos ou culturais, e na projeção de modelos específicos de sociedade, nacional e internacionalmente.

As notícias referentes ao apartheid e às mobilizações antirracistas conduziam para a desqualificação da população negra, apontada como “inábil”, valendo-se de leituras racializantes e estratificantes, as quais os apontavam como “incapazes” para a ação política, induziam para a busca por “tutores”, a fim de viabilizar determinados modelos de sociedade propagados pelos impressos, além de serem caracterizados como “vulneráveis à influência externa”, como se fossem incapazes de terem seus próprios projetos políticos, sociais e econômicos, delineando-se, ao redor desses personagens, a perspectiva de “medo”, um suposto estado permanente “ingovernabilidade”, “ameaça”.

Tais percepções se sobressaíram de notícias com foco para casos de choques entre população negra e polícia - “Choques causam 5 mortes na África do Sul” (FSP, São Paulo, 19 fev. 1985. Exterior. p. 7) e que traziam, em sua maioria, rotineiramente, a ação da “polícia sul – africana” na repressão aos negros, com o uso de bombas, tiros e que fixavam imagens específicas sobre a região sul do continente africano, em imagens fortes, tais como em “Polícia da África do Sul encontra corpos de 32 colaboradores negros”:

Os corpos de 32 pessoas, todas negras foram encontrados ontem pela polícia da África do Sul no distrito de Sekhukhune, pertencendo ao bantustão de Lebowa, no norte do país. Uma porta-voz da polícia disse em Pretória, a capital sul – africana, que as mortes ocorreram provavelmente nas últimas seis semanas. Treze dos cadáveres apresentavam as marcas do ‘colar’ - uma forma de assassinato em que um pneu de automóvel é colocado em torno do pescoço da vítima e depois incendiada -, uma punição geralmente usada pelos guerrilheiros que combatem regime de segregação racial (apartheid) contra os negros suspeitos de colaborarem com o governo de minoria branca.

A polícia deve para interrogatório 67 moradores de Sekhukhune. De acordo com a emissora de TV estatal, um dos presos, Peter N’Chabeleng, militante da organização anti - apartheid Frente Democrática Unida (FDU), teria morrido ‘de causas naturais’ dentro das dependências da delegacia local. O bantustão de Lebowa é uma das dez regiões onde, segundo as leis do apartheid, devem viver todos os negros sul – africanos [...](FSP, São Paulo, 16 abr. 1986, Exterior. p. 24.)

Atentamos, assim, a ênfase na caracterização dos “mortos”, o uso da polícia e de uma emissora estatal como fontes de informação por parte do jornal, a forma como destacou as mortes enquanto algo supostamente “rotineiro” – “nas últimas seis semanas” – elementos os quais, junto, construíam, nestas páginas, a essencialização da cor negra e associação a um

suposto estado de “violência”, “barbárie”, sem qualquer discussão as quais pudessem transcender tais interpretações.

A utilização das fotografias tendeu para o reforço de tais argumentações, oriundas, sobretudo, das agências internacionais de notícias ou de “banco de dados dos jornais”, apontavam para os “insistentes confrontos policiais” noticiados e aos líderes negros em situações de instabilidade, irritação, de modo a denotar uma suposta “incapacidade de liderança”, o que validava, para estes jornais, a atuação externa.

Tal influência, para a FSP, deveria conduzir a uma maior aproximação com o Brasil. Este país deveria aproveitar-se das relações raciais e oferecer, conforme o jornal, “um exemplo”, para a África do Sul; já o OESP primava pelo aumento da influência dos EUA e potências ocidentais, como uma forma de afastar o que construía enquanto “ameaça comunista”.

Segundo Carlos Moore, uma das formas de constituição do racismo é a forma como induz à “banalização” da violência. Esta, dada a insistência, deixa de chocar, transtornar e passa a ser percebida como um “estado natural” das coisas (MOORE, 2007: p. 28 – 29) e que, neste caso, produzia, diariamente, concepções que caracterizavam o continente africano como um local de “barbárie”, “selvageria”, “constantes mortes” e “conflitos” e que revelam posicionamentos assentados na hierarquização de grupos, em supostos “estágios distintos de desenvolvimento”, perspectivas de “tutela”, sensações de “medo” e “desordem generalizada”, associadas, então, à cor negra.

Tais possibilidades sugeriam formas de incorporação, nos meios, de parcelas da população negra, mas revestidas de renúncias, seleções, hierarquizações, por meio de interpretações que não acompanhavam as dinâmicas culturais, mostravam a dificuldade de reconhecimento.

A década de 1980 mostrou-se um momento de particular crise no sistema econômico e um dos caminhos abertos para sua superação era a percepção dos grupos negros enquanto potenciais consumidores e dos quais o diálogo poderia ser possível. Contudo, seu caráter foi marcado pela hierarquização e estratificação dos posicionamentos.

Ou seja, a possibilidade de percepção da população negra enquanto mercado consumidor e seu acesso aos bens econômicos não conduzia, nas pautas, a igualdade de

promoção dos bens culturais e vemos, assim, nestas notícias, as múltiplas estratégias de abarcar a população negra, desprovidos, contudo, das suas estruturas de percepção, significação e envoltos por uma série de concepções racializantes.

Quem são aqueles que, nas pautas, têm algo dizer? E os que nada tem? Sobre isso, Stuart Hall destacou que, nos meios, são estes os principais mecanismos a partir do qual o racismo se reorganiza, rearticula argumentos, mas que permitem a percepção de velhas imagens:

As multidões nativas inquietas de hoje ainda estão bem e vivas, participando dos exércitos guerrilheiros e dos grupos combatentes pela liberdade nos matos da Angola ou da Namíbia. Os negros ainda são os mais assustadores, e também os mais bem vestidos criminosos e policiais em qualquer série policial de Nova York. Eles são necessariamente os rápidos, bem falantes, astutos agentes secretos que conectam Starsky e Hutch ao gueto saturado de drogas. De que outra maneira saberiam aonde ir? Os vilões astutos e seus enormes capangas das novelas de aventura se espalham em tudo o que hoje passa pelo que é hoje conhecido como aventura. A escrava mulata, sexualmente disponível, ainda está viva e latente em algum cenário exótico da televisão ou na capa de algum romance, embora seja, sem dúvida, simultaneamente centro de cobiça e de admiração especial, vestida de gala numa roupa de lantejoulas, acompanhada por uma fila de coristas brancos (HALL, 2005: 23).

Diante da construção, nestas notícias do “medo”, “insegurança” na região, atribuído a presença massiva de “negros”, enquanto uma “ameaça”, sobretudo aos brancos, estes jornais abarcaram as constantes notícias referentes à “violência policial” enquanto única alternativa capaz de conter aquela “massa”, apontada como “ingovernável”.

As notícias cujo foco era a África do Sul traziam, na FSP e OESP, números de feridos, choques, uso de “paus e pedras” nos confrontos com a polícia, depredação, de modo que eram enfatizadas, cotidianamente, as relações entre “maioria negra” e “polícia”, nos quais os últimos, em sua maioria, eram chamados para, supostamente, “apaziguar situações”.

Eram tecidas, diariamente, notícias as quais marcavam a associação automática entre cor negra e um estado social específico, de, sobretudo, “desordem”, reiterados, sobretudo nos títulos, tais como “Polícia mata *mais* 7 negros em Crossroads” (FSP, São Paulo, 20 de fevereiro de 1985. Exterior. p.10)

Era, nas páginas da FSP, impossível compactuar com o apartheid, mas era preciso um abertura controlada que afastasse Cuba e URSS dos interesses na região. Apesar de havê-lo

justificado e amenizado seus efeitos para a população negra, OESP percebia que, naquele momento, ele era inviável, mas, sobretudo, pelo “medo” das associações entre “apartheid” e “capitalismo”. Diante da “violência”, da “intransigência” do governo chegava, então, a hora da promoção do capitalismo na região conduzir a reforma ‘lenta’ e ‘gradual’, daquele sistema.

O racismo, assim, constituiu-se como uma ideologia a qual estabelece a divisão entre “melhores” e “piores”, baseada em critérios raciais, mas que não se reduzem a ele e que mantem as estruturas hierárquica de poder e privilégios sociais. Tornava-se, cada vez mais visível, uma atuante classe média negra nos discursos deste jornal, caracterizada como “inferior” no que se referia aos seus aspectos culturais. Logo, a discriminação pela cor, nos discursos, tornava-se condenável, mas ela se rearticulava nos meios que a condenavam, sob novas roupagens argumentativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira A. *A modernização da imprensa (1970 – 2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Alzira A.; LATTMAN – WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Trad.: Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

APPIAH, Kwame A. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARBEX JR, José. *Showrnlismo. A notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BANDEIRA, Luiz A.M. *Brasil – Estados Unidos. A rivalidade emergente (1950 – 1988)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARBOSA, Lúcia M; SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Org.). *De preto à afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico – raciais*. São Paulo: EdUFSCar, 2010.

BRAGA, Pablo de Rezende S. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Apartheid.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2013.

CRUZ, Heloisa de F. ; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p 253 - 270, dez. 2007.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

D' ADESKY, Jacques. A ideologia da democracia racial no limiar do anti – racismo universalista. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.141 – 159.

FERREIRA, Ricardo A. *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravidão no Brasil*. 1993. 185p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GUERREIRO, Ramiro S. *Ramiro Saraiva Guerreiro* (depoimento, 1985). 19 mar. 1985 a 11 abr. 1985. Entrevistadores: Aspásia Alcântara de Camargo; Letícia Pinheiro; Mônica ElenSeabraHirst. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista841.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2013.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p 103 – 117, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>>. Acesso em 23 fev. 13.

HALL, Stuart. Raça, Cultura e Comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. Trad. Helen Hughes; Revisão técnica: Yara AunKhoury. *Projeto História*, São Paulo, nº. 31, p 15 – 24, jul./dez.2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2308/1400>>. Acesso em 22 fev. 2013.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII: ÁFRICA DESDE 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. 2. ed. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFBAUER, Andreas. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, Lúcia M; SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Org.). *De preto à afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico – raciais*. São Paulo: Ed. UFSCar, 2010. p. 51 – 68.

KI ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol. II. 3ª. ed. Trad.: Américo de Carvalho. Portugal: Publicações Europa – América, 1972.

LAFER, Celso. Novas dimensões da política externa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, v.3, n.1, p. 73 – 82, fev. 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm. Acesso em 25 fev. 2013.

MANDELA, Nelson. *Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia*. Trad.: J. E. Smith Caldas. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTIN – BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad.: Ronaldo Polito; Sérgio Alcides. 6.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 163 – 184.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Teorias Sobre o Racismo. In: HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCWARCZ, Lília M. *Estudos e Pesquisas*. Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói, RJ: EDUFF, 1998. p. 43 – 65.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). *Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 15-34.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: identidades, povo e mídia no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVA, Anderson R. Notícias sobre a África: representações do continente africano na Revista Veja (1991 – 2006). *Afro – Ásia*, Salvador, n.38, p. 141 – 178, 2008. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia38_pp141_178_oliva.pdf. Acesso em 17 mar. 2013.

PENHA, Eli A. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PENNA Filho, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.44, n.1, p. 69 – 93, jan./jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292001000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 28 fev. 2013.

PENNA Filho, Pio. *A África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais*. Brasília: Hiterlândia Editorial, 2009.

SAMPSON, Anthony. *Negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid*. Trad.: Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Ivair Augusto A. *O movimento negro e o estado: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo (1983 – 1987)* 2001. 219p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Trad.: Marcos Sares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: DELGADO, Lucília de Almeida N.; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5.ed. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 243 – 282. (O Brasil Republicano; v.4).

VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario T. O sul da África: das origens à “descolonização branca” (até 1910). In: VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, AnalúciaD.(Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 17 – 34.

WILLIAMS, Raymond. Instituições. In: _____ *Cultura*. 3. ed. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*. São Paulo, nº. 35, p.15 – 26, dez. 2007.

ZAVALA, Virginia; ZARIQUIEY, Roberto. *Peru: “Eu te discrimino porque a falta de educação me ofende”*. In: DIJK, Teun A. van (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 293 – 327.